

Alteridades em conflito: imigrantes italianos, alemães, portugueses e a população brasileira na serra gaúcha.¹

Miriam de Oliveira Santos – FSMA

Resumo: Nosso objetivo nesse artigo é entender os confrontos entre “nós” e os “outros” produzidos pela imigração. Mas buscamos entender também como esse “nós” pode ser relacional e em alguns momentos abarcar os “outros”. A grande imigração européia para o Rio Grande do Sul vai se distribuir espacialmente em “ilhas” de colonização criando espaços alemães e italianos. Observamos nesse momento disputas entre os chamados colonos “de origem” (alemães e italianos), mas também alianças contra os “brasileiros” (negros e índios) e os luso-brasileiros.

Mais tarde os açorianos, que em um primeiro momento não são pensados como imigrantes porque haviam chegado ao país em uma época em que Brasil e Açores faziam parte de um mesmo reino, são aceitos também como “de origem”. No entanto essas diferenças são freqüentemente apagadas quando esse grupo de origem imigrante migra para outros lugares do Brasil. Nesse momento o pertencimento étnico passa a ser o regional e “italianos”, “alemães”, “açorianos”, passam a ser apenas “gaúchos” em oposição aos demais “brasileiros”.

Como método de trabalho utilizamos a etnografia e a pesquisa histórica, buscando na história política e econômica suporte para entender as transformações nas relações entre os diversos grupos humanos estabelecidos na serra gaúcha e seus descendentes que migraram para outras partes do país.

Palavras-chave: Imigração, identidade, gaúchos

Nosso objetivo nesse artigo é entender os confrontos entre “nós” e os “outros” produzidos pela imigração. Mas buscamos entender também como esse “nós” pode ser relacional e em alguns momentos abarcar os “outros”.

A grande imigração européia para o Rio Grande do Sul vai se distribuir espacialmente em “ilhas” de colonização criando espaços alemães e italianos. Observamos nesse momento disputas entre os chamados colonos “de origem” (alemães e italianos), mas também alianças contra os “brasileiros” (negros e índios) e os luso-brasileiros.

Mais tarde os açorianos, que em um primeiro momento não são pensados como imigrantes porque haviam chegado ao país em uma época em que Brasil e Açores faziam parte de um mesmo reino, são aceitos também como “de origem”.

No entanto essas diferenças são freqüentemente apagadas quando esse grupo de origem imigrante migra para outros lugares do Brasil. Nesse momento o pertencimento étnico passa a ser o regional e “italianos”, “alemães”, “açorianos”, passam a ser apenas “gaúchos” em oposição

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

aos demais “brasileiros”. E no caso da imigração para o Paraguai ou Uruguai viram “brasileiros” ou “brasiguaios”.

Como método de trabalho utilizamos a etnografia e a pesquisa histórica, buscando na história política e econômica suporte para entender as transformações nas relações entre os diversos grupos humanos estabelecidos na serra gaúcha e seus descendentes que migraram para outras partes do país.

Tais grupos não podem ser pensados literalmente como grupos étnicos, mas a literatura sobre etnicidade se ajusta bem ao seu estudo e nos permite iluminar algumas questões. O conceito de etnicidade que mais se adapta ao estudo de tais grupos é o de Max Weber (1981) onde o grupo não se define apenas através das características raciais ou culturais, sendo pensado por meio da idéia de pertencimento subjetivamente definido. O sentido de pertencimento destacado por Weber aparece no contato interétnico, na medida em que a “solidariedade étnica” manifesta-se no confronto com elementos estrangeiros como oposição ou desprezo pelo que é diferente, despertando neste embate entre o “nós” e os “outros” o sentido de unidade grupal.

Ao definir o grupo étnico pela crença subjetiva numa origem comum, Weber sublinha que não é conveniente procurar a etnicidade em características fixas. Esta deve ser procurada antes na atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cuja objetividade não pode ser avaliada independente da significação que lhes atribuem os indivíduos no decorrer de suas relações sociais. Tais atividades de produção, manutenção e aprofundamento de diferenças funcionam como políticas de identidade.

Os movimentos e políticas de identidade constituem-se uma presença quase que obrigatória na contemporaneidade e junto com o seu sucesso surgem também os problemas e tensões. Como destaca Leal as fronteiras entre identidade, xenofobia e violência são muito frágeis. (LEAL, 2007, p.186).

Entretanto é importante lembrar que a reivindicação identitária não surgiu de uma hora para outra poderíamos dizer que as identidades são construídas para a diferenciação e que refletem a maneira pela qual o grupo se pensa (HANDLER, 1984). A instrumentalização política das identidades gera os momentos de tensões sociais e conflitos que são colocados em pauta pelas reivindicações identitárias e também pela manipulação política destas identidades. Como assinala Bourdieu: “*O poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade*”. (BOURDIEU, 1990, p167).

No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, é exatamente essa instrumentalização política que permite que os açorianos se desloquem de uma identidade luso-brasileira para a categoria de imigrantes. Nesse ponto acompanho o pensamento de Barth (2000) que assinala que as fronteiras étnicas são sociais, simbólicas e mutáveis.

A Colonização do Rio Grande do Sul

Os colonos provenientes das Ilhas dos Açores se estabeleceram no litoral do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina na segunda metade do século XVIII, essas colônias tinham como finalidade promover a ocupação territorial e também implementar um modelo de agricultura familiar como alternativa a grande propriedade monocultora.

No caso específico do Rio Grande do Sul, a colonização açoriana iniciou-se em janeiro de 1752 com sessenta casais, que se instalaram no local onde hoje existe a cidade de Porto Alegre e na época recebeu o nome oficial de Porto de São Francisco dos Casais. A imigração açoriana tinha também uma finalidade geopolítica e serviu para reforçar a presença portuguesa na área que ia de Santa Catarina ao Rio da Prata, contribuindo para o predomínio da língua portuguesa sobre a castelhana. As colônias açorianas funcionavam como núcleos de resistência à expansão espanhola proveniente da região do Rio da Prata.

A primeira colonização maciça depois da independência do Brasil aconteceu no Rio Grande do Sul a partir de 1824 com colonos alemães. Nos primeiros cinquenta anos de imigração foram introduzidos entre 20 e 28 mil alemães no Rio Grande, a quase totalidade deles voltados para a agricultura.

O governo brasileiro enviou em 1822 à Europa o Major Schäffer para angariar colonos. Em 18 de julho de 1824 chegou a Porto Alegre a primeira leva de 39 imigrantes alemães, que foram enviados para a desativada Real Feitoria do Linho Cânhamo, localizada à margem esquerda do Rio dos Sinos, aonde chegaram em 25 de Julho de 1824. Essa primeira grande colonização alteraria a ocupação de espaços, levando gente para áreas até então desprezadas. Os colonos alemães iriam formar uma classe de pequenos proprietários e artesãos livres, em uma sociedade dividida entre senhores e escravos.

Os alemães ocuparam inicialmente o vale do Rio do Sinos e depois da Revolução Farroupilha foram se afastando do ponto inicial, fundando colônias nos vales dos rios Taquari, Pardo e Pardinho. No início do século XX chegaram ao noroeste do estado, para logo depois atravessarem o Rio Uruguai e migrarem para o oeste de Santa Catarina e Paraná, além de fundarem novas colônias no norte da Argentina e no Paraguai.

Segundo Picollo

O estabelecimento do núcleo colonial de São Leopoldo pelo Governo Geral em 1824 foi o marco inicial do processo colonizatório com imigrantes não-lusos no Rio Grande do Sul (...) Com a colonização estrangeira, incentivada pelos governos de D. João VI e de D. Pedro I, objetivava-se entre outros: a difusão da pequena propriedade e do trabalho livre (em contraposição à grande propriedade escravista); a ocupação de espaços (povoamento associado à defesa); o desenvolvimento da agricultura. (1998, p.464)

A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul fez parte de um projeto geopolítico do governo imperial brasileiro, para preencher os chamados “vazios demográficos” do Sul do país. No pós-independência a concentração da colonização na região sul é uma estratégia para a consolidação de fronteiras. Neste contexto os indígenas, que ocupavam aquelas terras, não eram pensados como nacionais ou brasileiros.

Além dessa função estratégica e geopolítica, a imigração foi planejada como um processo de substituição não só do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas principalmente como uma substituição do negro escravo pelo branco europeu em um processo de colonização baseado na pequena propriedade. Nesta perspectiva, a escravidão era vista como uma forma arcaica de produção que não se coadunava com a modernidade, enquanto a colonização era vista como um processo civilizatório.

Cabe assinalar que a política imigratória e seus objetivos alteram-se ao longo do tempo como ressalta Carneiro (1950, p.10) houve basicamente duas políticas de imigração:

(1) a política do governo imperial, criando núcleos coloniais de pequenos proprietários, num prosseguimento da velha idéia colonizadora, inaugurada por D. João VI, com a fundação de Nova Friburgo; e (2) a política dos fazendeiros, que querem imigrantes para a lavoura, à medida que vêem o braço escravo escassear.

Com a lei de terras de 1850 a terra é transformada em mercadoria e cessa a distribuição gratuita para os imigrantes, este fato desperta o interesse da iniciativa privada. Assim ao lado das colônias imperiais e provinciais surgiram colônias particulares (IOTTI, 2001, p.24). Sobre o impacto da Lei de Terras na colonização, Woortmann esclarece:

O processo de ocupação pelos colonos interessava ao capital num duplo sentido: a valorização das terras e a comercialização da produção. Realizando o objetivo da Lei de Terras, datada de 1850, a colonização transforma terras devolutas em mercadoria, cria um campesinato parcelar ao mesmo tempo em que elimina o posseiro (e os grupos indígenas, exterminados no bojo do processo), e transforma a propriedade no fundamento da subordinação do capital (1988, p.99).

Ou seja, a Imigração no Rio Grande do Sul é dirigida para a colonização, que por sua vez é pensada como um processo de preenchimento de áreas não ocupadas economicamente. Roche nos lembra que a idéia era não só preencher vazios demográficos e econômicos, mas que além disso as colônias tinham uma função exemplar:

(...) as colônias eram fundadas para balizar e preparar a abertura das estradas que subiriam o escarpamento da serra. Invadiam a frente florestal além da zona de povoamento luso-brasileira e formavam grande número de núcleos agrícolas cujos intervalos seriam ocupados, pouco a pouco, pela população de origem nacional, que a prosperidade exemplar das colônias oficiais atrairia (ROCHE, 1969, p.112).

O objetivo dos agentes de colonização era trazer para o Brasil famílias de agricultores brancos², e o processo de recrutamento para a colonização no norte da Itália só se efetiva quando se torna mais difícil trazer alemães, que eram vistos como agricultores eficientes e como o ideal para a colonização no Rio Grande do Sul (SEYFERTH, 2001).

Esta colonização com imigrantes europeus de origem não lusitana dá origem à formação de um novo tipo de campesinato no Brasil, que por sua vez engendra a construção de núcleos urbanos e de um pequeno mercado regional.

A colonização na forma de pequenas propriedades procurou reproduzir o modelo do campesinato europeu, reproduzindo também seus problemas: a escassez de terras e a migração constante em busca de novas frentes agrícolas.

Esses camponeses alemães e italianos adquirirão ao chegar ao Rio Grande do Sul a identidade de *colonos*, isto é, proprietários de uma fração de terra denominada *colônia*. Segundo Seyferth (1993, p.38): “*No seu significado mais geral, a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem européia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização (...) e ainda*” *A categoria colono foi construída, historicamente como uma identidade coletiva com múltiplas dimensões sociais e étnicas.*”(SEYFERTH, 1993, p.60)

Sendo assim a palavra colono, que era a designação oficial para o imigrante que adquiria um lote de terra em um projeto de colonização, converte-se em um símbolo de diferenciação étnica.

² Este aspecto fica claro, por exemplo, em uma publicação sobre o Brasil, feita para a Exposição Universal de Paris em 1889: “*Encontrar-se-ão mais adiante, (...) alguns dados estatísticos sobre as três raças que compõem o povo brasileiro. Os índios e os negros de pura raça acabarão provavelmente por desaparecer numa mestiçagem geral com a raça branca, reforçada cada dia pela imigração*” (LEVASSEUR, 2000, p.50).

Tendo chegado primeiro ao Rio Grande do Sul os descendentes de imigrantes alemães, já haviam construído para si a imagem de pioneiros civilizadores, que depois os descendentes de italianos vão reivindicar. Utilizaremos nos exemplos e comparações sobre a imigração italiana nosso trabalho etnográfico em Caxias do Sul (SANTOS, 2004), indicando quando tais observações puderem ser extrapoladas para outras regiões.

A alegação dos imigrantes italianos de que receberam terras piores que as dos colonos alemães e mesmo assim conseguiram tornar a cidade de Caxias do Sul “a pérola das colônias”³ remete para uma disputa com os demais colonos “de origem”, conceito que está baseado em uma noção de etnia fundada na idéia de sangue.⁴ Apesar disto, é possível observar que em casos de casamentos interétnicos a preferência é sempre pelo cônjuge “de origem”, e no caso dos “lusobrasileiros” a preferência recai sobre os de origem açoriana, já que estes são vistos como compartilhando do processo de colonização.⁵ No entanto é preciso lembrar que existem outros tipos de pertencimento que não apenas o étnico. E que nas classes mais altas os casamentos privilegiam o pertencimento econômico.

Ao construir o lugar do pioneiro, colonizador e civilizador para si os imigrantes europeus e seus descendentes determinaram também o lugar dos outros moradores da terra: para os negros e índios o papel de selvagens e incultos, para os descendentes de portugueses o papel de pessoas sem refinamento e de maneiras rudes, julgamento já expresso no apelido pelo qual eles são conhecidos: pêlo duro, uma designação regional para o que no resto do país se conhece como casca grossa.

Durante a 2ª Guerra Mundial ser “italiano” era uma categoria negativa, mas a partir do final da guerra observamos uma reelaboração que aponta o imigrante italiano como o civilizador, aquele que transformou a selva em cidade através do suor de seu rosto. A cultura “italiana” é assumida como um elemento de diferenciação. Há uma construção histórica de uma identidade, ligada a determinados comportamentos, que estão associados ao sentido de pertencimento a um grupo. Acontece neste caso um privilegiamento de natureza biológica (a descendência italiana) para explicar fenômenos sociais, inclusive o desenvolvimento econômico de Caxias do Sul. A

³ Em uma visita à Caxias do Sul, Júlio de Castilhos, então governador do Rio Grande do Sul, denominou-a “Pérola das Colônias”.

⁴ Colonos “de origem” são aqueles descendentes de origem européia não portuguesa. Segundo Paulilo (1987, p.159) “*Alemães e italianos são chamados de ‘os de origem’, como se o brasileiro não tivesse uma origem da qual pudesse se orgulhar*”.

⁵ Como todos possuem a nacionalidade brasileira há mais de um século é muito difícil conseguir dados precisos sobre o casamento entre descendentes de imigrantes. Fizemos a inferência à partir de sobrenomes, pesquisa em jornais da região e de afirmações dos nossos entrevistados. No entanto podemos afirmar que os “casamentos interétnicos” são mais comuns na zona urbana que na rural e nas classes mais altas, já que nas mesmas o condicionamento de classe é maior que o “étnico”.

cultura adquire assim um significado classificatório implicando na noção de superioridade e inferioridade, num discurso que hierarquiza as etnias.

Sobre essa diferenciação, Frosi (1996, p.166) assinala:

(...) O uso da fala dialetal italiana é, muitas vezes, artificial na boca de falantes urbanos. Ela não tem aí uma função de comunicação e de transmissão de cultura. Ela é usada como um instrumento para demarcar um espaço próprio, uma identidade cultural local, um perfil de determinado grupo humano ítalo-brasileiro regional.

Referindo-se aos trabalhadores da Metalúrgica Eberle, Lazzarotto (1981) afirma que a relação de vizinhança entre imigrantes italianos e negros e caboclos foi difícil. Nas suas palavras: *“Este era o nome dado aos pretos: os brasileiros. Termo que trazia muito de pejorativo e muito de um racismo que o descendente italiano cultivou em favor da sua superioridade”* (LAZZAROTTO, 1981, p.92).

Ainda, segundo o mesmo autor, dificilmente os negros conseguiam trabalhar na gravação ou na mecânica que eram vistos como trabalhos mais limpos e racionais, concentravam-se principalmente na fundição onde o trabalho era mais pesado. Da mesma forma, apesar de poderem ser vistos em número significativo nas fotos tiradas na fábrica, de 1906 em diante, o primeiro operário negro registrado é de 1943.

Azevedo, escrevendo em 1952, relata que havia em Caxias *“uma linha de cor, bastante nítida, separando brancos de ‘morenos’, isto é, das pessoas de cor, as quais orçam cerca de 4%”* da população. Além disso, ele observa *“uma linha de separação mais tênue, entre descendentes dos imigrantes primitivos [italianos] e brasileiros, geralmente originários de outras partes do estado e descendentes de lusos”*(AZEVEDO, 1957, p.294).

Muitos dos descendentes que reivindicam a identidade ítalo-gaúcha hoje o fazem por acreditar que esta identidade lhes agrega valor e contribui para a sua diferenciação social. Ser ítalo-gaúcho é mais valorizado do que ser simplesmente, brasileiro. Encontramos aqui o que Fish (1998) chamou de “multiculturalismo de boutique”⁶, comercializado e consumista e que segundo Hall (2003) *“celebra a diferença sem fazer diferença”*.

Além disso, a partir da inserção nas redes destes grupos, as possibilidades de ascensão social ampliam-se, uma vez que a marca da identidade ítalo-gaúcha passa a ser um diferencial, que permite ter acesso, por exemplo, à cidadania italiana, trabalho no exterior, bolsas de estudo, etc. (ZANINI, 1997).

⁶ Apud in Hall (2003).

É interessante observar que a identidade reivindicada seja hifenizada pelo regional e não pelo nacional. Dificilmente alguém se apresenta como ítalo-brasileiro, mas sim ítalo-gaúcho. Além de a identidade regional gaúcha ser bem marcada, acreditamos que contribui para isto o fato do gaúcho ser visto, pelo menos dentro do estado do Rio Grande do Sul, como superior ao brasileiro em geral.

Sobre identidade regional Seyferth (2000) afirma que:

(...) reportar à região como um lugar geograficamente circunscrito está longe de refletir os sentidos da identidade regional, posto que o regionalismo constituiu-se, sobretudo, como representação (simbólica) sobre a cultura, especialmente aquelas formas subsumidas pelo rótulo do folclore — que tem a capacidade de ser, ao mesmo tempo, regional, nacional e universal conforme sua definição desde o romantismo alemão.

Gaúchos no Brasil

No sul do Brasil, onde os imigrantes europeus instalaram-se em pequenas colônias que, embora dentro dos parâmetros da política de colonização brasileira, buscavam reproduzir o modelo camponês europeu, o parcelamento das terras rapidamente levou à migração para novas frentes de expansão como forma de manutenção da identidade camponesa. As velhas colônias do nordeste do Rio Grande do Sul logo produziram excedentes populacionais para novas colônias no noroeste do mesmo estado, e também no oeste de Santa Catarina e no Paraná. Atualmente encontramos gaúchos em todo o Centro Oeste e também na região Norte acompanhando a expansão agrícola da soja. É uma migração de pequenos proprietários que buscam terras mais baratas que possibilitem a manutenção da sua identidade camponesa. (SANTOS, 1993 e WOORTMANN, 1995). A migração aparece como uma estratégia para enfrentar as dificuldades de reprodução social da família vinculada à posse da terra e à constante ameaça de proletarização (rural ou urbana) decorrente da crise agrária e da modernização da agricultura.

Essa migração tem sido *“protagonizada pelos descendentes dos pioneiros europeus, alemães e italianos, em busca de novas terras”* (KAISER, 1999, p.51) atingindo números muito expressivos. Segundo Oliven, *“em 1980 havia aproximadamente 900.000 gaúchos vivendo fora do Rio Grande do Sul, o que equivale a 11,5% da população do estado”* (OLIVEN, 1991, p. 92). Nesse momento os mesmos grupos que se definiam como “italianos”, “alemães”, “ítalo-gaúchos”, “teuto-brasileiros” passam a ser “gaúchos”.

Ser gaúcho fora do Rio Grande do Sul parece ser conservar e/ou passar a dar importância a hábitos e a comportamentos que, ou não tinham tanta relevância no estado de origem ou

simplesmente não eram considerados importantes para a constituição identitária das pessoas envolvidas. Esses hábitos geralmente fazem parte do universo do gauchismo, como freqüentar Centros de Tradições Gaúchas (CTG), participar de grupos de danças tradicionalistas, ouvir música gauchesca, etc.

Sobre a identidade regional gaúcha, Haesbaert (1994), falando de um outro contexto, observa que ela nada tem de “natural”, mas que é produto de um momento social específico. No entanto é em nome desta identidade que são construídas alianças e moldados projetos econômicos.

Segundo ele *“Como a identidade regional nunca é apenas um produto ou resultado da criação e manipulação de uma fração da classe dominante, cabe compreender também a força de suas raízes populares”* (HAESBAERT, 1988, p.91).

Haesbaert (1988) assinala que a emergência da identidade regional gaúcha se dá em um momento no qual a região da Campanha sul riograndense perdia a hegemonia política regional para os descendentes de imigrantes da “Serra Gaúcha” e é nesse contexto que acontece o deslocamento de sentido do termo “gaúcho” de estigma para representante do Rio Grande do Sul.

Tanto em função do seu perfil socioeconômico, como pela sua identidade cultural marcada, que é expressa sobretudo por intermédio dos CTGs, a diáspora gaúcha tem suscitado, pelo menos desde a década de 1980, reações de hostilidade a nível local. Segundo Kaiser (1999), que estudou a migração de gaúchos para o estado de Minas Gerais, o gaúcho é visto como *“extremamente prepotente, arrogante”*, querendo impor a sua cultura sobre a cultura local.

O que torna os gaúchos diferentes em relação a outros grupos de migrantes, ainda segundo Kaiser, é o fato que eles *“têm uma diferença importante em relação à maioria dos outros grupos em estudo hoje no Brasil: pertencem ao campo sociologicamente majoritário, são dominantes dentro da organização social, têm poder político-econômico”*. (1999, p.150) Kaiser faz tal afirmação em relação aos gaúchos em Buritis - MG, mas acreditamos que ela pode ser extrapolada para outros grupos de migrantes gaúchos no Brasil e mesmo para gaúchos que imigraram para o Paraguai.

A imagem do Brasil como uma nação moderna, civilizada e superior aos países vizinhos continua presente na ideologia de muitos imigrantes brasileiros (na maioria descendentes de alemães) que vivem no Paraguai e se confrontam com as culturas camponesas e indígenas daquele país. Eles se apresentam como “missionários” da civilização e estariam ensinando aos paraguaios como se tornarem “modernos” e “trabalhadores”. Os conflitos culturais entre

imigrantes e paraguaios e os estereótipos construídos nesse cenário de fronteiras aumentam as tensões entre essas “comunidades nacionais”.⁷

A auto-identificação dos imigrantes brasileiros no Paraguai como “trabalhadores”, “pioneiros” e a classificação dos paraguaios como “preguiçosos”, “corruptos” e “subdesenvolvidos” simbolizam assimetrias de poder entre as classes sociais e as nações. É interessante contrastar com o discurso dos descendentes de imigrantes alemães sobre o “brasileiro” em Santa Catarina:

Brasileiro e caboclo é a mesma coisa. Caboclo é sujo, passa a vida comendo feijão com farinha de mandioca, por isso é amarelo, barrigudinho. Caboclos vivem doentes e não gostam de trabalhar. Quase sempre são mestiços com alguma coisa (índio, negro) e vivem em casa de barro, por isso são uns *Schlambuger* (desqualificados) (SEYFERTH 1990: 159).

Ou seja, em função dos vários deslocamentos e das diferentes relações entre esses grupos migrantes e o estado nacional esses colonos passam de “italianos” e “alemães” a brasileiros, invertendo os sinais de estigma e prestígio em relação ao que é ser “brasileiro”.

Considerações Finais

A identidade marca distância, mas também aproximações. A identidade se constrói através de relações, isto é, é processual e relacional. O que há em comum nas distintas perspectivas sobre o conceito de etnicidade é a assertiva de que as distinções fornecem a base conceitual da etnicidade, vista como uma construção social de pertença; a distinção é vista como capital simbólico sendo a identidade étnica extremamente significativa para a construção das dualidades ou diferenças sociais.

Observamos também um deslizamento dos conceitos, imigrantes passam a ser migrantes e mais tarde emigrantes. Verificamos uma gradação de identidades em função da escolha entre os diversos vínculos de pertencimento que cada grupo possui.

Enfim podemos concluir que a manutenção de fronteiras articula-se de forma ativa com um conjunto de lutas culturais e disputas simbólicas por meio das quais há uma reiteração persistente das semelhanças e diferenças que separam quem está dentro e quem está fora da fronteira étnica que, no entanto, como todas as fronteiras, é mutável e permeável.

⁷ Sobre brasileiros no Paraguai ver Sprandel (1992).

Bibliografia

- AZEVEDO, T. de. “Materiais para o estudo da aculturação de italianos no Rio Grande do Sul”. In: **II Reunião Brasileira de Antropologia**, Salvador: Universidade da Bahia, 1957.
- BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: Lask, Tomke (org.) **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CARNEIRO, J. F. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.
- FISH, S. “Boutique Multiculturalism”. In: MELZER, A. et al. (Ed.). **Multiculturalism and American Democracy**. Lawrence: University of Kansas Press, 1998.
- FROSI, V. M^a. “A linguagem oral da região de colonização italiana no sul do Brasil” In: MAESTRI, M. **Nós, os ítalo-gaúchos**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- HAESBAERT DA COSTA, Rogério. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- HAESBAERT, Rogério. “Ser ‘gaúcho’ no nordeste”, In: **Travessia**, ano VII, nº19, maio–agosto/94. São Paulo: CEM, 1994.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: Unesco, 2003.
- HANDLER, Richard. “On Sociocultural Discontinuity: Nationalism and Cultural Objectification in Quebec”. In: **Current Anthropology**. Vol. 25, nº 1, 1984.
- IOTTI, L. H. **Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre / Caxias do Sul, Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul/EDUCS, 2001.
- KAISER, Jaksam. **O Brasil dos gaúchos. Etnografia sobre a diáspora gaúcha**. Florianópolis: Insular, 1999.
- LAZZAROTTO, Valentim. **Pobres Construtores de Riqueza**. Caxias do Sul, UCS, 1981.
- LEAL, João. **Cultura e Identidade Açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina**, Florianópolis: Insular, 2007.
- LEVASSEUR, E. [1889] **O Brasil**. Rio de Janeiro: Letras e Expressões, 2000.
- OLIVEN, Ruben. **A Parte e o Todo. A Diversidade Cultural no Brasil-Nação**, Petrópolis, Vozes, 1991.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **A Integração no sul do estado de Santa Catarina**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1987.

PICCOLO, Helga I. L. (org.). **Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do RS, 1998.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e lutas**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, M.O. **Bendito é o Fruto: Festa da Uva e Identidade Entre os Descendentes de Imigrantes Italianos de Caxias do Sul – RS**, Tese de doutoramento, PPGAS/Museu Nacional, UFRJ Rio de Janeiro, 2004.

SEYFERTH, Giralda . “Identidade Camponesa e Identidade Étnica (Um estudo de caso)”, **Anuário Antropológico 91**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.31-63,1993

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**, Brasília, Editora UnB, 1990.

SEYFERTH, Giralda. “Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil”. In: Castro, Mary Garcia (coord.). **Migrações Internacionais: Contribuições para políticas**, Brasília: CNPD, 2001.

SEYFERTH, Giralda. “O Regionalismo da Tradição na Perspectiva Nacionalista: A Identidade Regional Segundo Gilberto Freyre”. In.: **Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos**. Recife, 21 a 24 mar. 2000. Anais obtidos através do site http://nmnt.fgf.org.br/artigos/o_regionalismo.html

SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, 1992.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 1. Brasília, EdUnb,1991

WOORTMANN, Ellen F. **Colonos e Sitiantes: um estudo comparativo do parentesco e da reprodução social camponesa**. Tese de Doutorado, Brasília, UNB, 1988.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo-Brasília: Hucitec e EdUNB, 1995.

ZANINI, M.C.C. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS**, tese de doutorado, São Paulo: PPGAS/USP, 2002.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. “Uma Nova Mentalidade?”. **Revista Travessia**, São. Paulo, Ano X, n.28, p.19-21, Maio-Agosto-1997